

CCDR espera Lei dos Solos para travar anarquia na construção

POSTAL DO ALGARVE
9 MAR 2012

O NOVO PRESIDENTE da CCDR/Algarve, David Santos, disse na passada segunda-feira esperar que a nova Lei dos Solos ajude a travar a anarquia até aqui existente na construção de casas na região, onde apenas 48% das habitações são permanentemente ocupadas.

“Com a nova Lei, as pessoas ficarão com o direito de construção, que obriga ao pagamento de um imposto, mas também têm um prazo máximo para investir. Se não o fizerem, perdem o que já pagaram de impostos e o direito à construção”, evocou.

Comentando à Lusa os dados dos Censos 2011, o responsável máximo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve considerou que os 39,4% das habi-



David Santos diz que região padece de falta de planeamento

tações não permanentes são “normais, atendendo a que se trata da maior região turística do país”.

De acordo com os mesmos dados, das 377 mil casas exis-

tentes na região, apenas 47,4% são ocupadas em permanência, 39,4% são consideradas “alojamentos não permanentes” e 13,2% estão vagas.

Para o presidente da CCDR/

Algarve, a existência desse grande número de casas vagas deve-se em parte à falta de planeamento estratégico de que tem padecido a região nas últimas décadas.

“Quanto ao número de habitações para vender, o Algarve dependia muito da procura turística e não havia grandes estratégias no que respeita à construção. Quem tinha um bocadinho de terreno construía”, disse, lamentando a falta de qualificações dos construtores.

De acordo com os Censos 2011, os 48% de residências algarvias habitadas de forma permanente é claramente inferior à média nacional (68%) e muito abaixo da segunda região deste “ranking”, o Centro, com 61,9%.

Lusa

JÁ

AC

A DI

Ass

ope

me

con

de,

O F

ci

ho

C

gar

cia

ca

cit

ça

da

Af

ac

N

Ca

es

le

er

8

er

ac